



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

97
Uamp

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÊNIO 2017/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 1/18

2018/01/11





QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES,
REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2018

--- Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSE ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:-----

FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, ELIAS ACACIO DA SILVA BARROS, RUI MANUEL MOUTINHO FERREIRA, MANUEL FERNANDO NOGUEIRA DA ROCHA, MARIA HERMINIA GUEDES MOREIRA, FILIPE SILVESTRE FERREIRA CARNEIRO

--- A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal.-----

--- Sendo catorze horas e quarenta minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----





1 - PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia verificando-se as seguintes intervenções: -----

Tomou a palavra a Senhora Vereadora, Dr^a Beatriz Meireles, que propôs que se fizesse um minuto de silêncio e se atribuísse um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Doutor Tiago Henriques Coelho, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“No passado dia 27 de dezembro faleceu o Professor Doutor Tiago Henriques Coelho, com apenas quarenta anos. Natural de Paredes, mais concretamente da freguesia de Baltar, e Diretor Geral da prestigiada instituição de ensino do concelho “Colégio Casa Mãe”. Para além desta importante função junto da comunidade educativa, era cirurgião pediátrico do Hospital de S. João e no Hospital Lusíadas, Investigador da Unidade de Investigação e Desenvolvimento Cardiovascular, Professor e Membro do Conselho Executivo da Faculdade de Medicina do Porto. Uma figura promissora na Medicina, considerado um ser humano de enorme sensibilidade, que conseguiu operar e salvar centenas de crianças, assim como transmitir apoio e confiança aos pais e crianças que acompanhava, quer no Hospital, quer no “Colégio Casa Mãe”. Esta perda foi sentida para além dos limites da terra que o viu nascer, pela sua dimensão humana e o culto pelo Ensino e Medicina. Assim, propomos um minuto de silêncio e um voto de pesar pela morte do Professor Doutor Tiago Henriques Coelho, homenagem singela, mas sincera, dada a transversalidade desta tão jovem personalidade paredense.”. -----

Continuou no uso da palavra a Senhora Vereadora Dr^a Beatriz Meireles, que apresentou o balanço da programação de Natal “Espalhar Magia pela Cidade, efetuado no passado dia 5, tendo referido ser uma preocupação da Câmara e dos seus Vereadores, a construção permanente de uma dinâmica multidisciplinar, dialogante com a sociedade, que permita a envolvimento no processo decisório. Informou que com a apresentação desta agenda foram dados os primeiros passos para cumprir o desígnio de dar mais vida ao nosso concelho, democratizando-se a cultura, tendo sido bem-sucedidos, pois dinamizaram-se,



desde logo, os funcionários da Câmara Municipal, que souberam desempenhar muito bem as suas funções em equipa, ao que acresce o envolvimento dos comerciantes, das pessoas em geral e das associações do concelho, aos quais direcionou um sentido agradecimento. Afirmou ainda a Senhora Vereadora que as atividades foram mais regulares e mais bem comunicadas, por forma a serem mais facilmente apreendidas por todos e que já se iniciaram os trabalhos, junto da comunidade e das juntas de freguesia, para as diferentes agendas trimestrais que, a seu tempo, serão divulgadas. Disse ainda que a escolha do comboio foi acertada e simbólica de união e inclusão das pessoas de todo o concelho, referindo que a escolha deste meio de transporte convidou a entrar nas diferentes infraestruturas – Pavilhão, LIT, Casa da Cultura, Parque José Guilherme, Biblioteca, diferentes ruas da cidade e outros locais, no entanto, relativamente ao comboio, afirmou que se tentará, agora com mais tempo, melhorar alguns aspetos no que se refere aos percursos, sempre conscientes dos diferentes condicionamentos, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão e impossibilidade de fazer marcha atrás. Acrescentou ainda que foram desenvolvidos esforços para conseguir um município mais justo e inclusivo, exemplificando com a ida, também, de comboio ao Cinema na Casa da Cultura, atividade que envolveu pessoas com deficiência e meninos referenciados pela CPCJ. O mercado de Natal, a marcha solidária, o concerto de natal na igreja, a corrida dos reis e o torneio de natal por exemplo, proporcionaram igualmente momentos únicos. Apenas se considera que, no mercado de Natal, e de forma a atrair mais gente, se deve tentar diversificar ainda mais a oferta. Relativamente à passagem de ano refere que foi um êxito, apesar do frio e das condições meteorológicas adversas e que o protocolo estabelecido com a CP foi fundamental para a atração de jovens ao concelho e à noite com DJS no LOG IN 18. Em conclusão afirmou que não se pode deixar de referir a importância do trabalho criado junto dos comerciantes com a iniciativa das montras e dos cupões, que culminou com o concerto na Casa da Cultura, onde foram divulgados os vencedores da iniciativa e, em jeito de conclusão, referiu que entre muitos outros exemplos, julgam que a mensagem a reter é que, apesar da falta de recursos económicos e do reduzido investimento na programação Natalícia – cerca de 51.000 € -, face ao investimento registado no ano anterior, em que, apenas com a contratação de Mikael Carreira se gastaram 44 280 €, não comprometeu a criatividade e o envolvimento de cada um de nós,



criou e continuará a criar uma dinâmica de mudança tão necessária para Paredes. -----
Seguidamente, como proposto, foi cumprido um minuto de silêncio em honra do Senhor Professor Doutor Tiago Henriques Coelho, ao que se seguiu a votação da atribuição do Voto de Pesar proposto, que foi aprovado, por unanimidade, tendo o Senhor Vereador Dr. Rui Moutinho referido o seguinte: “O PSD vota favoravelmente o Voto de Pesar proposto, mas vai mais longe, propondo, e uma vez que é competência da Câmara Municipal a atribuição de denominação toponímica, que a Rua de S. Miguel, em Baltar, que é a rua que passa junto ao Colégio Casa Mãe, passe a chamar-se Rua Prof. Dr. Tiago Henriques Coelho, podendo esta deliberação ser tomada desde já conjuntamente com o voto de pesar.”. Relativamente à proposta de alteração toponímica apresentada, o Senhor Presidente da Câmara informou que o proponente deverá fazer chegar, por escrito, a referida proposta de forma a que a mesma possa ser agendada para próxima reunião do Executivo. -----

Seguidamente, iniciou a sua intervenção o Senhor Vereador Dr. Rui Moutinho, que referiu o seguinte: “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Colaboradores da Câmara Municipal, Imprensa aqui presente, demais público aqui presente: Boa tarde e desde já a todos desejo um Bom Ano. Senhor Presidente, neste período de antes da ordem do dia, não posso deixar passar em claro aquilo que foram alguns dislates do senhor Presidente de Câmara na sessão da Assembleia Municipal em que foi aprovado o orçamento para 2018. Naquela sessão, e porque infelizmente os vereadores eleitos pelo PSD não podem fazer uso da palavra, o senhor Presidente, reiterou na mentira de que está impedido de baixar a taxa de IMI. Senhor Presidente, vamos ser sérios. Antes de mais vou-lhe avivar a memória.-----

O senhor, na reunião da Câmara Municipal de 1 de setembro de 2016, no ponto em que foi discutido um dos relatórios parcelares do grau de cumprimento do PAEL, disse, depois de conhecer o relatório e no qual era visível que havia medidas propostas no programa de ajustamento que ainda não tinham sido atingidas, de resto como vem depois dizer a IGF, mas, dizia o senhor Presidente, e passo a citar: “(...) este relatório mostra que a redução da dívida não é afinal aquela que o senhor Presidente diz. (...) basta uma simples análise do documento para perceber que existe um desvio face ao Plano de Ajustamento Financeiro em toda a linha, quer quanto ao endividamento que está apenas



no primeiro semestre do ano já para além do previsto em cerca de dez milhões de euros, quer quanto ao prazo médio de pagamento que está em mais de cento e dez dias relativamente ao proposto, ressaltando que, também destes documentos se vê que o PS tinha razão quando propunha a descida do IMI para 0,3 pois a receita arrecadada de IMI e apenas no primeiro semestre do ano, já ultrapassa em muito os 50% do valor previsto arrecadar.” Ou seja senhor Presidente, o senhor conhecia bem a situação relativa ao plano de ajustamento do PAEL e, mesmo assim, propunha a descida da taxa de IMI para 0,3. Vir agora dizer que desconhecia, como se vê é falso. Vir agora dizer que está impedido por força do relatório da IGF é também falso. E porquê? Resulta do relatório da IGF que, caso o Município desça a taxa de IMI poderá ter de ser cancelado o contrato de financiamento, ou seja, ter de ser devolvido o montante do empréstimo concedido, certo? É este o problema certo? Senhor Presidente, não sei se o senhor sabe o que aprova e propõe, mas a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram a contratação de um empréstimo de M/L Prazo para pagar o PAEL, ou seja, independentemente de resolução ou não do contrato do PAEL, a Câmara vai pagar o valor contratado. Ou seja, não há qualquer sanção em baixar a taxa do IMI. Isso é uma falácia e o senhor sabe. Não a desce porque não quer. Mas mais senhor Presidente, isto é uma falácia, até porque o senhor Presidente sabe, ou pelo menos deveria saber, que a Lei de OE para 2018 (Lei nº 114/2017), no seu artigo 297º, alterou os artigos 6º e 10º da Lei nº 43/2012, ou seja, aquele diploma que criou o Programa de Apoio à Economia Local - PAEL - e, fruto dessa alteração, concretamente o nº 6 do artigo 6º, passa a ter a seguinte redação: “A câmara municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do Plano se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano anterior, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”. Mas diz mais o nº 8 desse mesmo artigo, diz que “O Plano, e todas as obrigações dele constantes, cessam no momento da liquidação completa, com recurso a fundos próprios ou alheios, do empréstimo vigente concedido pelo Estado.”. E ainda lhe poderia citar o artigo 35º A da Lei nº 53/2014, na nova redação que lhe foi dada pelo artigo 304º da Lei de OE para 2017, mas creio já ser bem evidente que o senhor Presidente mentiu aos paredenses quando se comprometeu a descer a taxa de IMI e mente novamente agora quando justifica porque não cumpre a promessa. Senhor Presidente,



senhores Vereadores, senhores e senhoras jornalistas, público aqui presente, a Câmara Municipal de Paredes não desce o IMI para a taxa mínima porque o PS não quer.” -----

O Vereador, Dr. Rui Moutinho disse ainda: “Gostava que o Senhor Presidente nos dissesse qual vai ser a reação da Câmara relativamente à proposta de mudança de instalações do DIAP para o “palácio” da G.N.R. em Penafiel. Gostava que me respondesse a esta questão antes de continuar”. -----

O Senhor Presidente informou que não responderia nesta altura dizendo que o fará no final das intervenções. Como tal, continuou o Senhor Vereador Dr. Rui Moutinho: “Acredito que não saiba o que fazer, portanto vou-lhe dizer uma coisa: O Sr. Presidente sabe que quando era oposição, várias vezes criticou o Executivo liderado pelo PSD, dizendo que o PSD não sabia defender os interesses da Câmara Municipal e de Paredes, porque foi aprovado uma alteração ao mapa judiciário e a Câmara não defendeu os interesses como devia. O Sr. Presidente foi Vereador desta Câmara durante 8 anos e certamente se recordará, que o Município de Paredes, não foi a Câmara, celebrou um contrato, mas um documento que é válido e é eficaz com a Direção-Geral de Infraestruturas do Ministério da Justiça, de acordo com o qual o Município se responsabilizava em fazer, tendo já feito, as obras no edifício do Palácio da Justiça, e em contrapartida o Estado, porque supostamente é uma pessoa de bem, se comprometia a instalar e manter ali, no edifício do Palácio da Justiça, o DIAP. Portanto, Sr. Presidente, se eventualmente o senhor não defender os interesses do Município e fizer com que o Governo, que é do seu partido, partindo do pressuposto que o Senhor é do PS, não cumprir com aquilo que se comprometeu com Paredes, só tem que agir em conformidade e intentar uma ação judicial contra o estado”. -----

Continuou o Vereador, Dr. Rui Moutinho: “Continuando e porque existem assuntos que são para conhecimento mas merecem toda a atenção, queremos que fique aqui claro que, afinal os pagamentos referentes aos reembolsos dos manuais escolares constam da relação de pagamentos e, por conseguinte, o senhor Vereador Dr. Paulo Silva, na reunião de 21 de dezembro mentiu quando nos disse que, entre aquela reunião e a anterior haviam sido pagos cerca de 10 mil euros de reembolsos, quando de facto não tinha sido nada pago e, por esta razão, pretendemos que nos seja efetivamente dita a verdade, ou seja, entre a reunião de 21 de dezembro e a reunião de hoje qual o valor pago de reembolsos dos



encargos com manuais escolares? Até porque senhor Presidente, o senhor andou sempre a dizer que seria devolvida a totalidade do valor em novembro e, em janeiro, muitos são os munícipes que nos contactam porque apresentaram em novembro o pedido de pagamento e ainda nada lhes foi pago. Ainda face à relação de pagamentos, pretendemos que o senhor Presidente nos esclareça a que se reporta o encargo de prestação de serviços de consultoria pagos a Maria Isaura da Silva Magalhães, no valor de 4.900,00 €, pois que, se se trata do que pensamos, está a haver uma fraude à lei pois que não é uma consultoria mas uma verdadeira relação de emprego público que existe e, por conseguinte, como tal deve ser tratada. Ainda quanto à relação de pagamentos, temos de fazer notar que, embora não nos surpreenda, o PS usa o “olha para o que eu digo mas não olhes para o que eu faço”, pois, tanto criticou a parceria com a Abraçar Paredes e, só para as festividades de Natal, já gastou com a ASEP, de que o senhor Presidente faz parte, cerca de 13 mil euros e, além desses encargos, vemos agora que pagou diretamente o concerto com os “Deolinda Kinzimba” num total de 5.227,50 €. Na última reunião alertei para o facto de o Senhor Presidente estar a ser reembolsado de valores suportados com o pagamento de almoços com os seus Vereadores, com o seu Chefe de Gabinete, que não podiam ser reembolsados. E não podiam ser reembolsados porque esses pagamentos se inserem no âmbito daquilo que são despesas de representação. E disse que não fazíamos questão que isto fosse falado, mas parece-me que o Sr. Presidente ignorou esse aviso e reitera no procedimento, razão pela qual eu hoje lhe dizemos: Sr. Presidente o que o Senhor está a fazer é ilegal. E já lhe disse senhor Presidente, não vale a pena, o PSD não ganha nada com isso, não vale a pena estarmos aqui a tentar iludir e amanhã chegar aqui a IGF e obrigá-lo, tal como obrigou ao Presidente da Câmara de Valongo, a devolver os valores que indevidamente lhe foram reembolsados. Posto isto e porque também é para conhecimento, gostávamos que o senhor Presidente nos informasse quais foram as razões para que a alteração ao Orçamento de 2017 por si aprovadas em 19 de dezembro apenas agora nos sejam presentes para conhecimento quando a lei indica que devem ser na reunião imediatamente seguinte à da prática do ato. Por último, pretendíamos que o senhor Presidente ou o senhor Vereador Dr. Paulo Silva nos esclareçam quais as razões pelas quais, tendo decorrido cerca de um mês sobre o incidente que motivou o encerramento da piscina Rota dos Móveis, esta continua encerrada com enorme prejuízo



dos utentes incluindo a comunidade escolar, mas pretendemos saber as razões reais e não a desculpa de que se aguarda pela peritagem do seguro. “-----

Intervio de seguida o Senhor Vereador, Dr. Paulo Silva, que em resposta às afirmações do Senhor Vereador que o antecedeu, referiu o seguinte: “Primeiro, desejar todas um bom 2018, felicitar o Sr. Presidente, já que na Assembleia Municipal não o podemos fazer, porque pela 1ª vez em 25 anos vimos um orçamento municipal ser aprovado sem nenhum voto contra. Não é propriamente um orçamento fácil por isso gostava de reforçar a ideia de que foi aprovado sem nenhum voto contra, e felizmente que os membros da Assembleia Municipal perceberam a dificuldade que herdamos e que deram, mesmo com a sua abstenção, aquilo que eu entendo ser um voto de confiança a este Executivo. Já agora felicitar o Sr. Presidente pessoalmente, porque estamos da altura de desmentir as falácias aqui foram ditas, na intervenção do Dr. Rui Moutinho que, não lhe querendo pedir desculpa acabou por admitir que afinal o Senhor fazia propostas nas reuniões de câmara, e falava nas reuniões de Câmara, porque até o citam e se o citam é porque o Senhor falou e durante a campanha eleitoral um dos grandes argumentos era de que o senhor não falava, mas afinal falou. O Dr. Rui Moutinho até tem o prazer de o poder citar, é por isso que lhe digo que nós respeitamos as pessoas quando falamos a sério, por isso fica aqui aquilo que eu entendo ser o seu pedido de desculpa, e se não foi, é pena. Em relação ao que têm andado por aí a dizer, eu gostava que um dia se sentasse com os seus vereadores, eu presumo que por cá passou enquanto Diretor Financeiro, e que quer ser conhecido como tal, porque segundo me dizem o senhor está um bocado desiludido com a política e gostava que lhe fossem reconhecidos os méritos profissionais, explicasse aos seus colegas de bancada, o que é que se passa nesta Autarquia, na Divisão de Contabilidade, entre o dia 20 de dezembro e o dia 15 de janeiro. O que se está a passar nesta Autarquia entre o dia 20 de dezembro e 15 de janeiro, são coisas que já aconteciam no passado. Se o senhor nos puder explicar o que é que normalmente acontecia – alguns até foram vereadores e tinham obrigação de perceber o que se passa, para falarmos todos a sério e falarmos todos verdade. Presumo que o senhor também se recorde que o dia 1 de dezembro foi feriado, e o dia 8 também, e portanto nós pusemos nos papéis que entregamos aos pais que o prazo para entrega da documentação era o dia 30 de novembro, depois houve um feriado no dia 1, depois não fomos a correr às escolas





levantar os documentos, não tínhamos pressa nem estávamos para ter despesas e fizemos exatamente como foi com a entrega, os motoristas da Câmara sempre que se deslocam à escola recolhiam os documentos, e portanto os documentos no dia 2 não estavam cá todos e não estivemos preocupados com o prazo de 30 de novembro. E por isso houve documentação que cá chegou numa fase tardia, porque o motorista que vai à escola só lá passou dia 5, ou 6, ou 7, e muita dela chegou neste período entre 20 de dezembro e 15 de janeiro, e mesmo assim pagamos a 2691 pessoas, acho que o senhor tem noção do trabalho que isto dá em termos de contabilidade até pelo respeito que tem pelas suas colegas da contabilidade, acho que tem noção do esforço que foi feito pelos funcionários com quem trabalhou, para que isto fosse possível. Até 29 de dezembro, 1761 receberam o reembolso, no valor aproximado de 178 mil euros. E no dia 11, por causa do tal período, foram pagos mais 185 processos, no valor de 16 mil euros. Neste momento há cerca de 700 pessoas que irão receber durante a próxima semana, porque depois do dia 15, depois de todo o trabalho que o setor de contabilidade tem que fazer, o processo será regularizado. Há aqui procedimentos internos que o senhor bem conhece, que não nos permitiram fazer o pagamento na totalidade. Felizmente a rubrica não esgotou, mas não havia condições técnicas para fazer este pagamento, e se o senhor estiver com dúvidas no final, pega no seu livre trânsito e podemos ir lá abaixo e as pessoas estarão disponíveis para lhe fazer esse esclarecimento. Portanto, há aqui problemas de ordem técnica que a lei não nos permite ultrapassar, mas será tudo regularizado naquele período em que vocês iam supostamente começar a pagar e neste momento, tirando 700 famílias, a grande maioria já receberam o dinheiro. A diferença é só esta e o povo percebe. Quanto à piscina, para além do azar, que foi grande, de cair um painel de 8 por 4,5 metros, que estava seguro por 5 parafusos de cada lado, com vidro que não é adequado para uma piscina, porque ao estilhaçar espalhou-se por todos os lados, e por isso é que tivemos que esvaziar os tanques. Para além disso, na mesma altura recebemos mais uma vez os relatórios da Delegada de Saúde, com identificação de problemas de anos. O senhor não conhecia certamente a parte de baixo da piscina, nunca cá deve ter entrado, mas aquilo era o entulho da Câmara Municipal. Se quiser ir lá hoje ver como aquilo está, terei todo o prazer em mostrar. Portanto para além disso estamos a fazer um conjunto de obras para manter a dignidade naquela Piscina. Estamos a fazer um conjunto de obras para termos o



primeiro plano de emergência aprovado de um edifício municipal, porque não há nenhum. Há aí um feito de uma escola, que custou um valor exorbitante, mas que não está aprovado. Está a ser feito este e já está iniciado o de Lordelo. Das 4 piscinas municipais nenhuma tem plano de emergência. A Piscina vai reabrir em janeiro, com uma série substancial de melhorias, para respondermos às exigências da delegada de saúde, da saúde pública, e para pouparmos dinheiro, porque foram pedidos orçamentos, e a diferença entre este orçamento e os do costume é brutal. E além disso pela 1ª vez o orçamento vem acompanhado pelo tipo de alumínio, as especificidades do vidro a colocar, etc, coisa que os do costume, não sei porquê, não mandaram. Compreendemos os prejuízos que esta intervenção poderá acarretar para os utilizadores, mas todos eles serão ressarcidos, mas a todos que nos tem procurado temos tentado explicar as razões desta demora, tendo todos os utentes das piscinas sido contactados e estamos disponíveis para mostrar, como já aconteceu, a quem quiser, o que lá está a ser feito e melhorado. Convidoo também a si para lá ir ver como está aquilo agora, tendo em conta o que era no passado, e constatará a diferença. Não nos temos escusado a dar informação aos utentes, temos dado a cara e tentado explicar os nossos propósitos. Também estamos a tentar diminuir os custos das piscinas municipais e, talvez o senhor não saiba, mas aproveito para informar, há 4 anos foram instalados painéis solares e metade deles nunca funcionaram, porqur falta uma peça, um condensador, de cerca de 1000 euros, e por causa disso estamos a gastar mais 2 ou 3 mil euros por mês, em gás. Porque há 4 anos que estão lá uns painéis solares que não funcionam por causa da falta de um condensador. Isto é que é falar a sério, Senhor Vereador, e era isso que os senhores deviam ter feito durante este tempo todo. Eu até tenho medo de quando voltarmos a ligar aqueles painéis solares, porque eles estiverem expostos ao tempo, sem qualquer proteção, e se calhar agora quando forem ligados vão dar problemas. Mas foi isto o que nós herdamos, e temos mais coisas, e podemos falar delas se quiser, estamos à vontade sem nenhum tipo de problemas. Aqui ninguém esconde nada a ninguém. As coisas estão documentadas, inclusivamente temos os emails dos técnicos que várias vezes reportaram essa situação de que aquilo não funcionava, do que é que faltava, etc. Não estamos a inventar nada. De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que, respondendo às questões que lhe foram colocadas respondeu o seguinte: Muitas das respostas vou ter que repetir, porque tal



como disse, o senhor Vereador era um mero funcionário da Câmara. Porque se fosse realmente um Diretor Financeiro, não havia necessidade de voltar a repetir estas respostas e como tal vou responder às questões que colocou. A primeira questão, sobre o IMI, uma vez mais, vou voltar a falar sobre este assunto que penso que já está explicado e mais do que explicado. Porque razão estamos impedidos de mexer na taxa de IMI? Porque recebemos um relatório da IGF, em 7 de novembro de 2017, depois de termos entrado ao serviço, a dizer que, mediante a inspeção que tinha sido realizada, vocês não tinham cumprido com os pressupostos do PAEL. Essa inspeção nunca tinha sido feita, foi feita em 2016/2017. Como tal, estavam impedidos de ter descido a taxa de IMI para 0,4, e que por maioria de razão nós estamos impedidos de o fazer. Quanto à segunda questão, disse e bem, apesar de ser um mero funcionário, que se nós vamos substituir o empréstimo do PAEL, juntamente com outros, por um outro o financiamento que vai deixar de ser PAEL. No futuro vamos estar em condições de reduzir a taxa de IMI. Por isso é que eu disse aqui, na Assembleia Municipal, que este ano estava impedido de mexer nesse assunto porque essa contratação deste novo empréstimo ainda carece de visto do Tribunal de Contas. E para o ano, disse-o aqui na Assembleia Municipal, se já não estiver obrigado a obedecer ao PAEL, começarei a reduzir a taxa de IMI conforme prometi, e como é devido da Câmara Municipal de Paredes. Acrescentar que a Câmara Municipal de Paredes deixou de viver na ficção, porque nós mostramos quer aos responsáveis da Câmara, quer aos presidentes de Junta, quer a vocês, a realidade da Câmara Municipal, e sabe qual é essa realidade? Aquela realidade que um mero funcionário quer tentar iludir? A realidade, é que esta semana tenho vindo a reunir com os empreiteiros a quem vocês adjudicaram obra, e propor-lhes o pagamento da dívida que está assumida, em 3 anos. É vergonhoso termos que assumir o pagamento da dívida em 3 anos, mas é isso que estamos obrigados a fazer porque não temos alternativa, e como somos pessoas de bem e não estamos aqui para iludir as pessoas, é assim que os pagamentos vão ser feitos para tentar repor aquilo que vocês erradamente fizeram. Quanto à questão do DIAP, apesar da complexidade de questões que tivemos que enfrentar a partir da tomada de posse, como é óbvio, uma das questões que tratamos nestes 2 meses e meio em que estamos à frente da Câmara, foi justamente reunir com a Senhora Juíza Presidente do Tribunal de Paredes e discutir essa questão. Já há muito





tempo que está em cima da mesa que logo que fossem feitas obras no quartel da GNR de Penafiel, que o DIAP passaria para lá, em contrapartida, passaríamos a ter uma instância central cível e eu até sei um bocado destas coisas porque além de economista e revisor oficial de contas também sou jurista. Ou seja, até agora não temos a instância central Cível, que está em Penafiel, e que virá para Paredes, em contrapartida da saída do DIAP para Penafiel, o que para nós é muito importante porque permite que todas as questões cíveis sejam tratadas aqui. É para isso que estamos a lutar. Estamos atentos a isso e estamos a trabalhar para que isso aconteça, porque é preferível para nós perder o DIAP mas ganhar esta Instância Central Cível. Quanto à questão dos manuais escolares, é tão simples quanto isto: Os pedidos que entraram na Câmara Municipal de Paredes até 30 de novembro, tal como estabelecemos, foram 2691. O que dá um total de reembolsos de 270.838,75 €. Desses 270.838,75 €, já foram pagos, até hoje, 194.553,79 €. Posso até dizer mais, até 29 de dezembro foram pagos 178.072,84 €. Esta semana, por causa daqueles condicionalismos da mudança de ano, foram pagos mais 16.480,95 €, e agora falta pagar 76.284, 96 €, que vão ser pagos durante a próxima semana. Sabemos que fazer todas as verificações a efetuar pelos serviços são morosas e complexas. Em relação à prestação de serviços de que falou, a Câmara Municipal não tinha um serviço de protocolo ao nível da comunicação e foi necessário contratar uma pessoa para nos assegurar todos esses serviços, com uma pessoa que não é funcionária da Câmara, que não tem que cumprir horários, que trabalha com os seus meios, com o seu computador, de onde quiser, tem é que apresentar resultados e organizar o protocolo e, portanto, no nosso entendimento, trata-se de uma prestação de serviços. Em relação à programação de Natal e de final de Ano e ao facto de ter sido entregue a uma Associação, já tivemos oportunidade de dizer isso numa das últimas reuniões, claramente explicado pelo Senhor Vice-Presidente e posso já dar-lhe informação de que já não sou Presidente do Conselho Fiscal dessa Associação e de mais duas outras, o Aliados Futebol Clube de Rebordosa e da ADP, onde também era Presidente do Conselho Fiscal, precisamente para não ter este tipo de condicionalismos. Foi escolhida a ASEP porque foi aquela que apresentou propostas e que mostrou ter já um estudo feito do relacionamento, que nós pretendíamos, com os comerciantes. Isto não significa que, por exemplo, as festas de Paredes que vamos começar a preparar, não sejam entregues a outra associação qualquer. Poderá ser a





Abraçar Paredes ou outra qualquer a ajudar-nos a organizar esses eventos. O que é objetivo e devo dizer-lhe, é que no ano passado essa programação de Natal custou 141.033 euros, e este ano, cerca de 55 mil euros já com IVA incluído. Isso é que são factos. Alguns exemplos: Vocês contrataram o Mickael Carreira por 44 280€, nós contratamos a Deolinda Kinzimba por 4 mil e poucos euros; vocês gastaram na iluminação 12 300 €, nós gastamos 9 000 € mais IVA; vocês gastaram em fogo de artifício 24 600 €, nós gastamos 6 125€ mais IVA. Estas é que são as diferenças. Vocês alugaram uma tenda e um estrado, e nós aproveitamos um pavilhão que ainda não é nosso, mas nos está prometido. No global a diferença é entre 141 mil euros para 55 mil euros, isto sim, questões objetivas. Relativamente aos reembolsos de despesas com almoços de serviço, pedi um parecer ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal depois de termos falado sobre isso, e voltaram a reafirmar-me que toda e qualquer despesa com almoços de serviço que pague, deverá ser-me reembolsado e que isso não constitui uma despesa de representação. No passado havia procedimentos para almoços abertos em determinados restaurantes, onde nem sequer era necessário pagar na hora. Nós não optamos por essa situação, para podermos ir a qualquer restaurante. Mas o que é realmente importante é que eu consiga controlar a dívida que nos deixaram em 36 meses. Quanto à questão da alteração ao orçamento, que diz que podia ter vindo á reunião de Câmara seguinte, tinha a obrigação de saber que não era possível. A reunião de Câmara foi no dia 21, nós temos que vos mandar a documentação com a antecedência prevista na Lei, 48 horas de antecedência, portanto, se aquilo foi feito no dia 19, não houve tempo de vos mandar isso e foi enviado para a reunião seguinte. Quanto à questão das Piscinas de Recarei, apenas para acrescentar à informação já prestada o seguinte: Há uma fachada que vem abaixo, em pleno mês de dezembro, temos que pedir orçamentos, e depois de escolhido o empreiteiro tem que haver tempo para a aplicação dos materiais em obra. As coisas têm o seu tempo".-----

2 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14/12/2017 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a proposta de ata da reunião ordinária realizada em 2017/12/14. --





Colocado o assunto a votação, interveio o Sr. Vereador Dr. Rui Moutinho dizendo que em relação à ata nada tinham a obstar, no entanto, nessa reunião o Senhor Vereador Dr. Paulo Silva terá feito referência a um ofício que lhe terá remetido, em que supostamente lhe dizia para consultar qualquer coisa no jornal, pelo que reitera o pedido de que lhe ser entregue cópia desse mesmo ofício. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

3 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21/12/2017 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a proposta de ata da reunião ordinária realizada em 2017/12/21. --

Colocado o assunto a votação, o Senhor Presidente apontou uma incorreção na sua intervenção aquando da discussão do ponto vinte e um, relativo ao Agrupamento de Escolas de Rebordosa e Vilela, que erradamente menciona: "... considerando que o Agrupamento engloba escolas de Rebordosa e Lordelo...", quando devia mencionar "...escolas de Rebordosa e Vilela...", pelo que a mesma será corrigida. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----





4 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião o resumo diário de tesouraria referente ao dia dez de janeiro do corrente ano, tendo a Câmara tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos: --
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: novecentos e cinquenta e sete mil seiscientos e quinze euros e quarenta e quatro centimos. -----
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e sete euros e dezoito centimos. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

5 - PAGAMENTOS PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação do processo geral setecentos e oitenta e um barra dezoito, datada de quatro de janeiro do corrente ano, a remeter ao executivo, para conhecimento, a lista de pagamentos efetuados no período de dezoito a vinte e nove de dezembro de dois e dezassete, no montante de trezentos e oitenta mil oitocentos e quarenta e nove euros e sessenta centimos. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**6 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 24ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL ANO 2017
- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA 2ª ALTERAÇÃO
ORÇAMENTAL - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA 23ª
ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - MODIFICAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES
MUNICIPAIS 15ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - MODIFICAÇÃO AO PLANO
PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 18ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - PARA
CONHECIMENTO**





Foi presente à reunião, para conhecimento, um despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara em dezanove de dezembro de dois mil e dezassete, a aprovar, no uso da competência que lhe foi delegada, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Modificação ao orçamento 24ª alteração orçamental ano 2017 - Modificação ao orçamento da receita 2ª alteração orçamental - Modificação ao orçamento da despesa 23ª alteração orçamental - Modificação ao plano de atividades municipais 15ª alteração orçamento - Modificação ao plano plurianual de investimentos 18ª alteração orçamental. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

7 - CIRCO JOSÉ TORRALVO - JOSÉ ANTÓNIO SILVA TORRALVO - PEDIDO DE ISENÇÃO TAXAS DE PUBLICIDADE E TAXAS DEVIDAS PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO ALVARA DE RECINTO ITENERANTE - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião um requerimento apresentado por Circo José Torralvo - José António Silva Torralvo, com o número de identificação de processo geral setenta e oito mil seiscientos e vinte e um barra dezassete, datado de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezassete, a solicitar a isenção das taxas de publicidade e taxas devidas pela prorrogação do prazo do alvará de recinto itinerante. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO PROFERIDO PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA EM VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE, QUE AUTORIZA A ISENÇÃO DAS TAXAS DE PUBLICIDADE E TAXAS DEVIDAS PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO





ALVARÁ DE RECINTO ITINERANTE. -----

8 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DE MONTE ALTO, RUA DO MASTRO E OUTRAS - REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação, com o número de identificação de processo geral, sessenta e nove mil setecentos e cinco barra dezassete, datada de quatro de dezembro de dois mil e dezassete, a remeter ao executivo, para discussão e votação, as partes escritas e desenhadas sobre a sinalização vertical na Rua de Monte Alto, Rua do Mastro e outras, na freguesia de Rebordosa. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS SOBRE A SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DE MONTE ALTO, RUA DO MASTRO E OUTRAS, NA FREGUESIA DE REBORDOSA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO PARA SER APRECIADO E VOTADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

9 - TOPONIMIA DA FREGUESIA DE LOUREDO: APROVAÇÃO DE VIS, RUA DE SÃO CRISTOVÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação, com o número de identificação de processo geral, setenta e cinco mil setecentos e onze barra dezassete, datada de doze de dezembro de dois mil e dezassete, a remeter ao executivo, para discussão e votação, as partes escritas e desenhadas sobre a aprovação de uma via na toponímia da freguesia de Louredo- Rua de São Cristovão. -----





Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS SOBRE A TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LOUREDO - APROVAÇÃO DE UMA VIA - RUA DE SÃO CRISTOVÃO, NOS TERMOS PROPOSTOS.

10 - CORRECÇÃO MATERIAL Á TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LORDELO: APROVAÇÃO DE VIA, RAMPA DA COSTA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação, com o número de identificação de processo geral, setenta e cinco mil setecentos e trinta e dois barra dezassete, datada de doze de dezembro de dois mil e dezassete, a remeter ao executivo, para discussão e votação, as partes escritas e desenhadas sobre correção material à toponímia da freguesia de Lordelo: aprovação de via, Rampa da Costa. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS SOBRE A CORRECÇÃO MATERIAL À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LORDELO: APROVAÇÃO DE VIA, RAMPA DA COSTA, NOS TERMOS PROPOSTOS. -----

11 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE UMA ELETROBOMBA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA ÀS ISNTALAÇÕES NO COMPLEXO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação do processo geral mil e noventa e nove barra dezoito, datada de cinco de janeiro do corrente ano, a propor a





atribuição de um subsídio ao Aliados Futebol Clube de Lordelo, no valor de dois mil trezentos e oito euros e setenta e um cêntimos, destinado à instalação e fornecimento de uma eletrobomba para o fornecimento de água às instalações no complexo desportivo. ----

O Senhor Vereador Dr. Filipe Silvestre informou que por ser Presidente do Clube em causa não participará na discussão e votação deste assunto. -----

Colocado o assunto a votação, o Senhor Presidente da Câmara informou que se trata de um subsídio para a instalação de uma eletrobomba para fornecimento de água para o complexo desportivo, tendo o Senhor Vereador Dr. Rui Moutinho louvado a atribuição deste subsídio, afirmando que esta tipologia de apoios é de louvar, tendo de seguida pedido um esclarecimento relativamente ao montante do subsídio, para saber se o seu valor corresponde ao efetivo custo a suportar com a instalação do equipamento em causa. Interveio de seguida o Senhor Vice-Presidente, Dr. Francisco Leal, que informou que a pedido do Clube, foram solicitados três orçamentos, e que o valor em causa corresponde ao pagamento integral da eletrobomba, incluindo a sua instalação, como aliás é referido na informação em análise. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO ALIADOS FUTEBOL CLUBE DE LORDELO, NO VALOR DE DOIS MIL TREZENTOS E OITO EUROS E SETENTA E UM CÊNTIMOS, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE UMA ELETROBOMBA PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA ÀS INSTALAÇÕES NO COMPLEXO DESPORTIVO. -----

12 - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DA SENHORA VEREADORA DR^a BEATRIZ MEIRELES COMO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA CPCJ - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um e-mail com número de registo de entrada quinze mil novecentos e noventa e nove, datado de vinte e um de novembro de dois mil e dezassete,





proveniente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Paredes, a solicitar a indicação de um representante do Município para integrar a referida Comissão. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DESIGNAR A SENHORA VEREADORA DR^a BEATRIZ MEIRELES COMO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA CPCJ, CONFORME PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

13 - CARLA SUSANA CAMPOS RIBEIRO - PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA CONCESSÃO DE TERRENO DE CEMITERIO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação do processo geral sessenta e oito mil novecentos e vinte e cinco barra dezassete, datada de cinco de janeiro de dois mil e dezoito, acompanhado de relatório social datado de cinco de janeiro do corrente ano, relacionado com o pedido de pagamento em prestações, apresentado por Carla Susana Campos Ribeiro, pela concessão de terreno no Cemitério Municipal. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR O PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES, APRESENTADO POR CARLA SUSANA CAMPOS RIBEIRO, PELA CONCESSÃO DE TERRENO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, NOS TERMOS PROPOSTOS, DEVENDO FIXAR-SE UMA MENSALIDADE NO VALOR DE CINQUENTA EUROS. -----





14 - ADICIONAL AO CONTRATO DE INVESTIMENTO EM QUE FORAM INTERVENIENTES O MUNICÍPIO DE PAREDES E A ZÉNITE DESPERTAR, S.A. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação de processo geral quatrocentos e vinte barra dezoito, proveniente da Divisão de Assunto Jurídicos, relacionada com adicional ao contrato de investimento celebrado entre o Município de Paredes e a empresa Zénite Despertar, S.A., em seis de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

Colocado o assunto a votação, interveio o Senhor Presidente da Câmara para informar que a empresa em causa tinha um contrato promessa de compra e venda de um terreno atrás de uma outra empresa, e que para se instalar tinha celebrado com o Município um contrato de investimentos, que previa, além das normais isenções de IMT na compra do terreno, e isenção de IMI, que a Câmara procedesse à expropriação de alguns terrenos que faziam parte da área que se propunha adquirir, e ainda a construção de uma rua de acesso às futuras instalações, rua essa que havia sido avaliada em sede de contrato em cerca de setenta e cinco mil euros. Informou ainda que o entendimento da sua equipa é de que a Câmara Municipal não deve substituir-se à empresa e expropriar terrenos a um privado com vista à sua entrega a outro privado, tarefas que entendem ser da obrigação do interessado, como aliás já lhes foi comunicado. Além disso a obtenção de licenciamento para a referida empresa obriga à alteração do projeto que apresentou, facto que também já lhes foi comunicado, para que a entrada seja contruída do lado onde já existe acesso, uma vez que os custos da via que a Câmara se propunha construir, à luz de orçamento recente, ascenderia a valores próximos dos quatrocentos mil euros, e não dos setenta e cinco mil anteriormente orçados, e o Município não está em condições de assumir este encargo. Além disso, não haveria tempo útil para proceder às expropriações necessárias dentro do prazo que a empresa aponta para iniciar atividade. Neste sentido e tendo a empresa aceite as condições, foram alterados os termos do contrato inicial. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A





PROPOSTA DE ADENDA AO CONTRATO DE INVESTIMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EMPRESA ZÉNITE DESPERTAR, S.A., EM SEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, A REMESSA DO PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO. -----

15 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Antes de se dar início a este ponto, o Senhor Vereador, Dr. Paulo Silva, solicitou o uso da palavra para referir, acerca da informação que tem vindo a ser prestada aos utilizadores da Piscina de Recarei, que de acordo com o que lhe foi comunicado pelo Chefe de Divisão, Dr. Sérgio Alves, se realizaram chamadas durante cinco dias; foi realizada uma nota de imprensa; e publicada informação no Facebook. Informou também que os utilizadores do ginásio foram informados à medida que frequentavam o ginásio, que aliás nunca ficou impedido e que os utilizadores dos pré-comprados foram avisados da mesma forma, à medida que vinham às instalações, reiterando que todos os que o fizeram tiveram conhecimento dos factos. Concluiu apresentando antecipadamente o seu pedido de desculpas caso se tenha registado alguma falha, afirmando que irá esclarecer este assunto junto dos demais funcionários da infraestrutura em causa, reiterando, no entanto, que só não se procedeu ao contacto telefónico aos utilizadores do ginásio, mas que os utilizados da piscina, sauna, etc, foram contactados telefonicamente durante cinco dias e existem registos da hora e dia em que se estabeleceu esse contacto. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara declarou aberto o período para a intervenção do público, tendo-se registado a inscrito o **Senhor Álvaro Pinto**, que questionou se já foram tomadas medidas em relação à atribuição do nome "25 de Abril" a algum outro local digno na Cidade, e se essa medida foi já equacionada, desculpando-se, desde já, caso este assunto já esteja tratado, uma vez que, não podendo assistir a todas as reuniões do Executivo Municipal, desconhece se o mesmo foi tratado na sua ausência. Registou-se também o **Senhor José Gonçalves** que referiu, considerando que hoje se falou muito em faltas de respeito, aquilo que considera ter sido uma falta de respeito muito





grande e que aconteceu na última Assembleia Municipal, quando uma quantidade de membros da oposição abandonou a sala quando esta ainda estava cheia de público, o que denota total desrespeito pelas dezenas de Munícipes de Paredes. Seguidamente pediu a palavra o Senhor Vereador Dr. Rui Moutinho que, ao abrigo do artigo décimo do Regimento, referindo-se à intervenção do Senhor Álvaro Pinto, pede esclarecimentos relativamente à proposta apresentada pelo PSD, relativamente à denominação toponímica da Praceta 25 de Abril. Seguidamente tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que reportando-se à intervenção do Senhor Álvaro Pinto informou que ainda não chegou o momento para se debruçar sobre esta situação porque têm tido outras prioridades, mas que ainda hoje, vai solicitar aos serviços informação sobre a existência, ou não, de algum espaço com esta designação, e ainda se aquele que foi sugerido pelo PSD poderá ser assim designado. Relativamente à intervenção do Senhor José Gonçalves, informou que subscreve totalmente o seu estado de espírito e que, considerando o avançado da hora em que se registaram os factos, deveria ter havido esse cuidado. -----

--- E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.-----

---Sendo quinze horas e cinquenta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

--- E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.-----

Data Reunião - 2018/01/11



Alexandre Almeida, Dr.

